

Mais de uma década depois, a TV Digital ainda é a TV do “pode”¹

Cláudio Márcio MAGALHÃES²
Centro Universitário Una, Belo Horizonte, MG
José Dias PASCHOAL NETO³
Unifae, São João da Boa Vista, SP

RESUMO

Há 20 anos, a TV Digital brasileira era uma espécie de redenção nacional. Estando presente na quase totalidade das residências, pesquisadores e militantes da comunicação social viam a oportunidade de uma inserção social pelo digital. Já com o processo de transição da TV analógica para a TV Digital bastante adiantado, percebe-se que as angústias tomam lugar das esperanças. Resgatando pesquisas anteriores, esse artigo é a atualização dos dados com as observações realizadas durante o processo de transição. O resultado é a confirmação do que já se antecipava: TV digital, abriu mão de sua potencialidade para entregar somente um fração. O acompanhando da transição nas primeiras cidades foi mostrando, a opção do que já era (mas bem mais bonito), ficando o que poderia ser pelo caminho da história.

PALAVRAS-CHAVE

TV Digital; TVD; Inserção Digital; Transição; Desligamento.

Dezembro de 2007 - Sala de um apartamento, conjunto residencial de uma cidade na região metropolitana. “Seo” Agenor, mecânico aposentado e sua esposa, Dona Esperança, dona de casa, assistem ao telejornal da noite, antes da novela das nove. A principal notícia é o lançamento da TV Digital Terrestre Brasileira. Todos os discursos enfatizaram as inúmeras possibilidades tecnológicas advindas com a digitalização da transmissão, como a melhoria na qualidade da imagem e do som, mobilidade e portabilidade (assistir TV em celulares, computadores portáteis e andando de ônibus, carros, metrô), e, especialmente para o que nos interessa aqui, multiprogramação e interatividade. Em meio a tantas novidades difíceis de entender para quem, durante

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 3 a 5 de junho de 2019.

² Doutor em Educação, Mestre em Comunicação Social, Professor e Orientador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una/MG, e-mail: claudiomagalhaes@uol.com.br.

³ Doutor em Artes Visuais, Mestre em Ciência da Informação, Coordenador e Professor dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda e do Laboratório de Comunicação da Unifae/São João da Boa Vista/SP, e-mail: paschoal@fae.br.

muitos anos, assistiu TV preto e branco e levantava da cadeira para trocar o canal no botão de controle do aparelho, “Seo” Agenor ficou animado quando falaram que seria possível até marcar consulta no médico e acompanhar, pela TV, tanto as informações sobre aposentadoria quanto sobre a sua cidade (já que só recebia notícias da capital!) usando o controle remoto. “Já pensou mulher, que maravilha, não precisar pegar fila no posto e saber o horário da procissão?”, falou entusiasmado com Dona Esperança, que apenas olhou para o marido e comentou: “quem sabe, um dia”.

Dezembro de 2018 – “Seo” Agenor e Dona Esperança assistem à retrospectiva do ano numa TV de tela plana, com imagem bonita, nítida e som claro. O programa mostra que a implantação da TV Digital continua no Brasil, apesar do prazo de desligamento do sinal analógico ter sido anunciado para 2016. Eles ainda se impressionam com os avanços que não param no mundo digital, com as inovações na internet que parecem não ter fim e que, entre tantas outras coisas, permite ver TV quando, como, quando e onde quiser. Dona Esperança presta mais atenção quando os apresentadores falam das redes sociais e dos aplicativos. Ela mesmo, toda feliz, fala que aprendeu a usar, “um pouquinho”, o whatsapp, ensinada pelo netinho e que até participa do grupo da família e das amigas da igreja. Quando entra a parte do noticiário político sobre as eleições, os dois se lembram, orgulhosos, que a filha, que mora com a família no interior de Minas, fez um vídeo e foi exibido pela emissora da novela falando sobre o Brasil que ela queria. No balanço do noticiário sobre os permanentes problemas dos pais, como falta de segurança, precariedade na educação e na saúde, “Seo” Agenor volta no tempo e se lembra da noite de dezembro de 2007 quando falaram que seria até possível marcar consultas e acompanhar a aposentadoria pela televisão, em casa, usando o controle remoto da TV. Com a voz que expressa frustração, seu “Agenor” desabafa que apesar de tantos avanços, esta tal de “interatividade”, não foi, né, mulher! Dona Esperança, apenas olha para o marido e comenta, “quem sabe, um dia” e lembra seu companheiro de tantos anos que é preciso levantar amanhã bem cedo porque tem de pegar fila para fazer a consulta no postinho de saúde.

Mais de uma década depois da digitalização da transmissão dos sinais, confessamos que não queríamos estar escrevendo esta reflexão sobre a TV Digital Terrestre Brasileira, constatando que ainda é a “TV do pode” (PASCHOAL NETO; CARVALHO, 2008, p. 59). Tivemos o privilégio de acompanhar, de perto, o início das discussões no começo dos anos 2000 e de estar ao lado a lado de colegas pesquisadores,

estudiosos e, acima de tudo, idealistas que acreditavam e continuam acreditando nas oportunidades de transformação social a partir do principal veículo de comunicação de massa, presente em mais de 97% dos lares brasileiros.

No entanto, o presente e o futuro da TV Digital no Brasil parecem estar condenados a ser ainda uma sombra do que poderia.

Os sinos da agonia começam a tocar já em Rio Verde/GO

Quando da implantação da TV Digital na Espanha, fizeram uma pesquisa em uma pequena cidade do interior. Perguntaram o que gostariam de ter com a nova tecnologia. Os pesquisadores pensavam que as respostas girariam em torno de uma melhor imagem e som, catálogo variável de programação, acesso aos serviços públicos. Qual foi a surpresa que a primeira opção foi... acessar os obituários da cidade! Em segundo lugar, gostariam de ter acesso às informações locais e, em terceiro, saber da disponibilidade de quadras esportivas!

Sim, as pessoas queriam saber quem tinha morrido, informações sobre onde seria o velório, a biografia do defunto. Quem conhece um pouco da história do interior do país não estranha a opção, retratada em *Sinos da Agonia*, do escritor Autran Dourado, onde as igrejas soavam tal notícia. Ou seja, o que as pessoas esperavam de uma nova tecnologia é sua inserção local. Os outros lugares do país e do universo, obrigado, já os encontro nas redes nacional/global, ou na internet.

Pulo rápido para 2016, transição completa da TV Digital brasileira em sua primeira cidade, Rio Verde, Goiás, também relativamente pequena e no interior. Sai a primeira pesquisa (IBOPE Inteligência, 2016) a partir da visão da população: 0% elogiou a interatividade! Ninguém! A mesma porcentagem dos que acreditavam que seria possível usar recursos interativos. Apenas 10% acreditaram que presta um serviço melhor para a população e 6% que a mudança foi importante para o desenvolvimento da cidade. Claro, não há qualquer serviço que os faça pensar o contrário. Mas, ok, 82% acharam que a imagem melhorou!

Está acontecendo o evitável, se o Brasil fosse sério em suas preocupações sociais, e o inevitável, sabendo a nenhuma relevância que o governo dá a uma política pública de comunicação social. Os dados são suficientes para alarmar, embora não surpreender, quem acreditava que a TV Digital poderia trazer benefícios sociais para a população: neça de interatividade, neça de novos canais, diversidade cultural,

favorecimento à cultura e o empreendedorismo regional e local, apoio às políticas sociais do entorno, transparência na política da província. Mas, as imagens são excelentes! Ou seja, viva o circo, mas esqueçam o pão. Se bem que a pesquisa aponta que nem isso...

Atenção, não é falta de uma suposta política social de inclusão! Em Rio Verde, telespectadores do Bolsa Família e Cadastro Único tiveram direito de receber um conversor digital para receber o sinal digital da TV aberta. A pesquisa fez um levantamento exclusivo com esse grupo, certamente na esperança de ver a diferença. A enorme maioria soube do benefício e instalou o kit. Daí... 68% não tinham ouvido falar dos recursos de interatividade! E os que sabiam, parte significativa, nem tentou acessar qualquer serviço. Mas, se perguntados se estão dispostos a acessar informações de programas sociais e responder questionários para o governo, um número significativo disse que sim. E, por nós, acreditamos que aqueles que disseram, ou não tentaram, estão imbuídos da descrença no processo... Mas há uma clara demanda para interatividade e por novos conteúdos, principalmente locais.

Quais os problemas, então? Ora, além da incompetência, ou simplesmente a má fé de comunicar sobre os novos recursos da TV Digital, os "serviços sociais" disponíveis são aqueles nacionais com pouco, ou nenhuma, interação com a realidade de Rio Verde. Na realidade, a impressão que fica é que tais programas, dentro da TV Digital, têm uma função mais de divulgação institucional de uma política de governo do que uma política de Estado. E, claro, sem qualquer cor local.

Fora do universo daqueles que foram beneficiados pelo kit, há outros dados interessantes: 20% se declararam não preparados para receber o sinal digital e, depois de implantado, 37% não julgaram como algo bom, e sim como ruim, indiferente ou não sabiam responder. Em um país onde historicamente a população é entusiasta pelas novidades tecnológicas, mais de um terço não dar bola para as "inovações" nos parece alarmante, e o número deve aumentar, já que os entusiastas iniciais vão se acostumando às inovações e entrando nos indiferentes ou reavaliando suas expectativas, e para baixo. Ao serem perguntados sobre o que acharam do desligamento do sinal analógico, vitória massacrante para a forma: 88% acreditam que o principal benefício foi a imagem melhor. É aqui que está o 0% do início deste texto, quando ninguém marcou "vai ser possível usar recursos interativos". Mais dois dados contra o local: apenas 4% acreditam

que a mudança será importante para o desenvolvimento da cidade. E 32% não conseguiram mais assistir sua programação local, quase um terço da população.

Quase 30% dos que deram "ruim" para a transição já entenderam o que os portugueses⁴ sentiram na pele e responderam que "as pessoas têm que pagar para continuar assistindo TV". Somadas a outras respostas que caracterizam o dispêndio de grana para ver o que antes viam de graça, o número vai para 42%!

Agora, considere a população de Rio Verde, pouco mais de 200 mil habitantes, e proporcione para as grandes metrópoles. Quanto representaria, em números de cidadãos, esses 32%, esses 42%, e mesmo esses 4%?

Outro ponto é que nenhuma das sete emissoras com sinal digital em Rio Verde era pública ou educativa. Uma vez mais a opção pública e estatal de radiodifusão, prevista como um direito na Constituição é ignorada, obrigando ao telespectador goiano assistir somente emissoras comerciais, sem direito ao usufruto das opções de interesse público. Alguém tem dúvida que tal limpeza no espectro das opções sociais - que já eram ínfimas - irá se estender por boa parte da cobertura de TV Digital, embora a opção da multiprogramação apontasse justamente para o contrário? Não seria o momento para a criação da TV Rio Verde, que pudesse badalar de festas e velórios, dos negócios, da educação e da cultura locais?

O trágico, ou irônico, dependendo do ponto de vista, é que 38% sequer viram diferença entre o desligamento e a implantação do sinal digital, jogando por terra a falácia da melhoria estética para o telespectador, talvez o único grande argumento que sobrou para os pragmáticos da implantação da TV Digital nua e crua.

TV Híbrida também poderia ser.

⁴ Em 2013, Portugal fez seu desligamento da TV analógica terrestre e agora só tem TV Digital. É um outro país, outro contexto, mas deveria ter nos alertado melhor. Parece que a grande bobagem foi fazer uma licitação para ver qual empresa administraria a transição. E não é que quem ganha - com o governo dizendo amém - é uma empresa de telefonia paga (que também leva os sinais das TVs pagas e banda larga)? Resultado: fizeram nenhum esforço para manter uma televisão aberta grátis e fácil acesso e, hoje, majoritariamente, o português tem que pagar se quiser assistir TV. Mesmo aqueles que vivem no interior (e não são poucos) não conseguem pegar um sinal (porque, como todos sabem, não há 'bom' ou 'mal' sinal na TV Digital: ou tem ou não tem). E aí, tiveram que assinar um dos novos pacotes 'populares' das operadoras de telefonia. E a multiprogramação e interatividade, instrumentos de avanço na TV? A arrecadação das emissoras tradicionais caiu pela metade e os anunciantes mudaram de qualidade, saindo grandes empresas que geram fluxo contínuo e confiável para pequenos anunciantes imprevisíveis. Como ter mais canais e desenvolver novas tecnologias com esse orçamento? Ora, Multiprogramação e Interatividade! Não é uma incrível coincidência que encontremos ambos justamente na TV paga e na banda larga oferecida pelas mesmas empresas que determinaram os rumos da TV Digital de Portugal?

Dá para piorar: sabiam que não se transmite o campeonato português de futebol pela TV aberta? Só pagando os coitados dos torcedores dos tradicionais Benfica, Sporting, Porto e dos demais podem assistir seus times no campeonato nacional! Isso é que dá dar para o lobo a administração da floresta!

O que é TV Híbrida? É a junção do *broadcasting* com o *broadband*. Ok, não ajudou muito. Então, simplificando, é a união, no sinal de radiodifusão, do conteúdo audiovisual com o envio de dados. E o que isso tem de importante? É que os dados não precisam passar por um cabo, satélite, internet, ou seja, vem no mesmo sinal da TV aberta. E daí? Daí que o conteúdo interativo vem sem a necessidade de aplicativos móveis e vem, daí o pulo do gato, totalmente grátis!

Figura 1: Uso da interatividade na TV digital no Japão



Na imagem anterior, um exemplo já usado no Japão. O que se vê não é um videogame, mas a transmissão ao vivo de um jogo de futebol que, neste caso, tem uma extensão de segunda tela para um tablet. Mas esse tablet não está pegando os dados de uma banda larga de uma telefônica ou TV paga (cabo ou satélite), mas diretamente do sinal de transmissão que chega ao aparelho de TV. Essa interatividade pode ser aplicada a um sem número de propostas de programas.

A diferença parece sutil, mas não é. Além da grana, que é paga pelo consumidor em caso de interatividade via outras vias, o controle do que enviar é da emissora e, portanto, dentro do modelo de negócio do produto, sem depender (e precisar pagar) de outros intermediários. Obviamente isso tem impacto para quem transmite e para quem recebe.

É preciso um sistema operacional para uma TV Híbrida no Brasil, como se tem um Windows/Linux para PCs e Android/iOS para celulares. Esse sistema tem sido discutido, discretamente, pelas empresas de televisão, mas não se vê essa discussão em muitos lugares. Porque isso? Será porque é grátis? Será porque já temos um sistema

operacional, o Ginga, testado e funcionando em Rio Verde e Brasília, que, se ainda não é o ideal, daria um bom pontapé para a uniformização do sistema, o que pode não atender os interesses individuais de cada emissora? O que não precisa perguntar é que não é de interesse de nenhuma telefônica e TVs pagas ou qualquer um que comercializa banda larga.

O certo é que é um desperdício não debater a TV Híbrida com mais cuidado e transparência. Ainda mais que a TV Híbrida também ajudaria a outro ponto que tem passado batido na implantação da TV Digital: o fortalecimento da TV local.

Multiprogramação: menos por ainda bem menos

A multiprogramação merece destaque pelo que representa como potencialidade para ampliar o número de canais e, portanto, oferecer oportunidades para novos geradores de conteúdos. Tomando como exemplo a cidade de São Paulo, a primeira capital a receber os sinais digitais, não existe “mais pista” para emissoras analógicas, porque o espectro é limitado e de acordo com Decreto 5820 (BRASIL, 2006), os canais paulistas que já operavam no sistema analógico receberam também 6Mhz para transmitirem no digital.

O Decreto determinou, ainda, que, até 2016, a programação exibida em digital tem que ser a mesma na TV analógica. Tecnicamente isto recebe o nome *simulcasting*. No cenário digital, em função da digitalização e da compressão de sinais de áudio e vídeo, a frequência de 6MHz, que representa o espaço de um canal de TV analógico, na TV Digital pode se desdobrar em outros canais que podem ser transmitidos simultaneamente.

Crocomo (2004, p.5) explica a possibilidade tecnológica:

Com as atuais tecnologias de compactação é possível transmitir um canal de HDTV (HD) ou até quatro de STDV (SD), além de outras possibilidades. O sistema digital também otimiza o uso dos canais, porque é possível utilizar os canais adjacentes[...] Com isso o espaço poderá ser ocupado por outras emissoras, ou serviços, como a interatividade.

Para entender a multiprogramação, começemos por saber o que é a monoprogramação, que acontece hoje na sua TV. Vamos explicar o conceito de “pistas”. Imagine uma estrada moderna com cinco “pistas”. No sistema analógico, uma pista só pode ser ocupada pelo sinal da emissora, x, a outro da y, da z, até completar as “pistas”. É a chamada monoprogramação. O sistema digital permite a transmissão dos

conteúdos diferentes na banda (pista) de 6 Mhz. Assim, seria possível distribuir a programação das emissoras x,y, z... por menos “pistas” e deixar outras “pistas” livres para novos geradores de conteúdos audiovisuais: as emissoras universitárias, comunitários, legislativas, também chamadas TVs do campo público, por exemplo. Isto é a multiprogramação, que “pode ser empregada como importante instrumento de estímulo à diversidade das fontes de informação e ao incremento da competição no mercado de radiodifusão”, (PAZ FILHO; LEITÃO TAVARES, 2009, p.3) Trocando em miúdos: você teria mais canais escolher e assistir na televisão de sua casa.

Mas, ficamos, de novo, no “pode”! Isso porque o Governo, por meio de norma regulamentar, determinou que a multiprogramação só poderá ser realizada nos canais consignados a entidades integrantes dos poderes da União. Quando da implantação da TV Digital, o governo criou quatro canais e já ocupou o do Executivo, com a TV Brasil. As TVs universitárias, comunitárias, legislativas reivindicaram seus espaços no espectro digital nos outros três canais públicos: Educação, Cidadania e Cultura, mas até 2018 nada de relevante aconteceu nesses canais. Só para reforçar o que já foi dito, a falta de decisão política para a comunicação de interesse público, entre outros fatores, é que faz a TV Digital ser apenas potencial, porque, as oportunidades tecnológicas estão aí. Exemplo, para cada sinal analógico desligado, haverá espaço para a introdução de pelo menos dois canais digitais. Teria muita “pista” livre.

Interatividade que já era.

Dos novos recursos possíveis com a TV Digital, a interatividade, incluindo serviços e aplicações, é sem dúvida, o de maior impacto potencial nas relações entre televisão e telespectadores.

A interatividade é a redentora da TV brasileira na entrada da era digital. Era a esperança de quem, como nós, começava a idealizar TV Digital no Brasil. Seria o diferencial brasileiro em relação a TV Digital norte-americana e europeia. Finalmente esse aparelho manipulador e opressor cultural onipresente nos lares brasileiros (do ponto de vista dos dinossauros acadêmicos dos anos 1970) iria, pela interatividade, incluir o cidadão brasileiro em sua sociedade excludente.

Ops, deu pau! Mermelstein (2015) já lembrava que o Gired, grupo misto público/privado que definiu a migração final para a TV digital, mesmo garantindo a inclusão do *middleware* Ginga nos set-tops boxes (aparelho que permite a conversão do

sinal analógico para o digital) que foram distribuídos à população, e que deveriam interagir com serviços públicos, não foi capaz de desarmar as artimanhas.

A primeira delas é que o set-top não é um modem. O que significa isso? Ora, é capaz apenas de receber informações atualizáveis, mas sem possibilidade de responder. “Marcar consultas no SUS ou verificar sua situação no INSS, por exemplo, só será possível caso o usuário adquira um modem e contrate uma conexão de banda larga, fixa ou móvel”. Lembremos que quem bancou o grosso da transição foram as empresas de telefonia que, portanto, uniram o útil ao agradável (para elas): por um lado, deram uma caixa simples e custo bem menor, e, por outro, potencializaram um novo público para o consumo de seus serviços.

As emissoras de TV nunca se interessaram pela interatividade. Ela funcionou como "argumento de venda" quando se discutiu a implantação da TV digital, mas não houve um esforço concreto em desenvolvê-la, mesmo com a criação do Ginga, considera, com razão, um feito da engenharia brasileira. O fato é que a interatividade é um problema para as emissoras, porque tira o foco do espectador daquele que para elas é importante: a programação e seus breaks comerciais (Mermelstein, 2015).

Embora o conceito de interatividade possa ser apresentado de várias formas, dependendo da área de conhecimento que o referencia, em sua essência o conceito remete à capacidade de interação de um sistema.

A exemplo da interatividade, são diversas as definições para a TV Interativa, como também são várias suas representações em siglas. Exemplos: TVDI, ITV, TVi, apenas para citar alguns exemplos. Monteiro (2002) afirma que “quando se fala em TV interativa, muitas pessoas fazem associação com Internet na TV ou com vídeo sob demanda ou ainda guia interativo de programação e jogos”. Para o autor, a TV interativa é um termo que abrange todos estes tipos de serviços e vai além:

A TV interativa é a fusão da TV tradicional (passiva) com as tecnologias de computação, de forma a permitir que o telespectador interfira no que está vendo. Na televisão tradicional os únicos tipos de interação possíveis eram: mudar de canal, mudar o volume, ligar e desligar. Com a TV interativa, o telespectador pode interagir para mudar não só o sinal da TV que está recebendo, seja escolhendo a câmera em um jogo de futebol, seja com serviços de vídeo sob demanda, participando de jogos de auditório, escolhendo suas preferências em aplicativos interativos como previsão de tempo, bolsas de valores, notícias de última hora e assim por diante. (MONTEIRO, 2002. pg.2)

De forma geral, estas e outras definições estão focadas no usuário final. Assim, pode-se contextualizar a TV interativa partindo de alguns paradigmas da TV

convencional, mas a nova tecnologia possibilita a mudança da atitude exclusivamente passiva para a escolha, o diálogo e ação, onde o espectador poderá ter uma intervenção criativa e interferir diretamente nos caminhos do conteúdo audiovisual e até produzir e ofertar para exibição.

Entretanto, a utilização massiva do termo “interatividade”, sem o equivalente técnico de aplicação desta tecnologia, tem provocado a “popularização” errônea do conceito que a propaganda ajuda a difundir como diferencial de produtos e serviços.

Na realidade, o que ocorre hoje na televisão aberta é muito mais uma reatividade, como pode ser constatado no estudo dos níveis de interatividade que são, em ordem crescente de abrangência quanto à interferência do usuário no conteúdo:

- Reativo – nesse nível, as opções e realimentações (*feedbacks*) são dirigidas pelo programa, havendo pouco controle do usuário sobre a estrutura do conteúdo;
- Coativo – o usuário tem possibilidades de controlar a seqüência, o ritmo e o estilo;
- Pró-ativo – o usuário pode controlar tanto a estrutura quanto o conteúdo.

(Reisman⁵, *apud* MONTEZ e BECKER, 2005)

O progressivo aumento das capacidades de convergência das mídias, na qualidade das conexões “bandas” de transmissão, aprimoramento das técnicas de compressão de áudio e vídeo com redução dos “tamanhos” dos conteúdos a serem gerados, os programas de edição nos computadores pessoais, entre outros fatores, têm propiciado e estimulado a produção audiovisual individual e coletiva, em telas, telinhas e telões. Nesse sentido, o vídeo se consolida como uma forma diferenciada de abordagem da realidade, que represente o “olhar” da informação construída pela comunidade, como expressa o paradigma social (Capurro, 2003).

A chamada audiência participativa, feita pelo rádio desde seus primórdios, chegou às TV pelo aprimoramento da tecnologia, mas, especialmente, porque as emissoras estimularam esta participação, desde “ensinando” o telespectador a gravar vídeo nos celulares até abrir espaços para a exibição destes conteúdos. Este é o conceito do “usuário gerador de conteúdo”, que por alguns segundos, permitiu o protagonismo

⁵ REISMAN, Richard R. *Rethinking Interactive TV – I want my Coactive TV*. [S.I.] Teleshuttle Corporation, 2002. Disponível em: <<http://www.teleshuttle.com/cotv/CoTVIntroWtPaper.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

mediático da filha do “seo” Agenor e Dona Esperança que apareceu falando no projeto “Brasil que eu quero”, da Rede Globo, em 2018, e deixou os pais orgulhos e felizes.

Este protagonismo se reflete nos milhares de vídeos que são produzidos pelas pessoas e exibidos na TV e que mudaram a relação entre quem “produz e quem vê televisão”. Acrescente-se que as novas mídias advindas da internet ampliaram e muito as formas de participação da audiência.

Mas, além de produzir, é preciso socializar também o processo de exibição. Nesse contexto, quando as TVs do “campo público” como TVs Universitárias, reivindicam canais no espectro digital e defendem, entre outros princípios, o uso da tecnologia para ampliar o número de canais de exibição, estão buscando cumprir um dos principais papéis de um veículo de comunicação de massa: a promoção da diversidade cultural, étnica, social, por meio da democratização dos processos de produção e disseminação da informação.

Talvez não seja o caso de descartar a interatividade - ainda é necessária - mas repensar qual deve ser o seu modelo a partir das evoluções e tendências tecnológicas atuais e não do que se tinha em mente no passado.

Conclusão

A luta pela democratização da comunicação é parte de uma batalha que envolve o campo público da televisão, formada pelas TVs educativas, legislativas, comunitárias e universitárias. Estas últimas, que acompanhamos desde seu nascimento e junto com os outros “construtores de utopias” da Associação Brasileira de Televisão Universitária, ABTU, continuam reivindicando um canal nacional digital para a vasta produção universitária de qualidade e promotora da educação e da cultura.

Ainda há tempo para se rever as políticas de implantação, uma vez que a tecnologia ainda está embarcada. É possível reverter a ideia de que a TV Digital veio para melhorar a imagem da novela, mas para incluir o telespectador brasileiro em sua cidadania. E sem ter que pagar (outra vez) a mais por isso.

Assim, o canal local da TV Digital pode dar as informações que são tão importantes para as comunidades, como demonstram as pesquisas de opinião citadas neste artigo. E “seo” Agenor possa marcar sua consulta, ver o obituário e Dona Conceição saber os horários da procissão.

Quem sabe um dia, né Dona Esperança?

Referências bibliográficas

BECKER, Valdecir; MONTEZ, Carlos. *TV Digital Interativa: Conceitos, Desafios e Perspectivas Para o Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. - Florianópolis: Ed da UFSC, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5820, de 29 de junho de 2006. Estabelecem diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógico para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de imagens e sons e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Seção 1, 2006. p.7.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: Informação, conhecimento e transdisciplinaridade – ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte, ENANCIB, 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 23 ago. 2007.

CROCOMO, A. F. **TV Digital e produção interativa: a comunidade recebe e manda notícias**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2004. IBOPE Inteligência. (2016). *Pesquisa Aferição EAD*. Rio Verde/GO: IBOPE.

MERMELSTEIN, A. Opção pelo passado. *Tela Viva*, 24(258), Editorial. Junho 2015

MONTEIRO, M. S. M. **TV Interativa e seus caminhos**. 2002. 72f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Computação. Campinas, 2002.

PASCHOAL NETO, J. D.; CARVALHO, J.O.F. Os novos paradigmas da informação e a TV digital: o papel das TVs Universitárias na construção de conteúdos de maneira colaborativa através de redes interdisciplinares. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.18, n.3, p. 59-72, set./dez. 2008.

PAZ FILHO, J.S.; TAVARES, W.M.L. Multiprogramação no serviço de radiodifusão de sons e imagens. **Estudo**: junho 2009. Consultoria Legislativa. Área XIV Comunicação Social, Informática, Telecomunicações, Sistema Postal, Ciência e Tecnologia. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. 17p.